

Minsk Securitizadora de Títulos Comerciais S.A.

CNPJ nº 44.272.393/0001-68 - NIRE 35.300.580.567
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25 dias do mês de outubro de 2024, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, Sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. 2. **Presença:** Presentes acionistas que representam a totalidade do capital social, conforme assinaturas no Livro Próprio. 3. **Mesa:** Presidente: **João Guilherme Braga Carvalho**, Secretária: **Clara Veloso Luciano Pereira**. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. 5. **Ordem do Dia e Deliberações:** 5.1 Aprovar o aumento do **Capital Social** da Companhia de **R\$ 16.381.920,00** (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e vinte reais), dividido em 16.381.920 (dezesseis milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e vinte) ações, **para R\$ 22.156.500,00** (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais), por meio da emissão de 5.774.580 (cinco milhões, setecentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta) de novas ações, sendo todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas nos termos do **Boletim de Subscrição** que constitui o **Anexo I** desta Ata. Em razão do aumento, a Companhia passará a ler o capital social de R\$ 22.156.500,00 (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos reais), dividido em 22.156.500 (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentas) ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma. 5.2 Aprovar todas as demais propostas de modificação do **Estatuto Social** da Companhia, cuja redação consolidada constitui o **Anexo II** da Ata referente a esta Assembleia Geral. 5.3 Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404/76. 6. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia Geral e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o parágrafo 1º, do art. 130, da Lei nº 6.404/76, a qual, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Confere com o original lavrado em livro próprio, sendo signatários do sumário dos fatos ocorridos na Assembleia: **João Guilherme Braga Carvalho** e **Clara Veloso Luciano Pereira**. São Paulo/SP, 25 de outubro de 2024. JUCESP nº 239.676/25-7 em 04/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Objeto, Sede, Foro e Prazo de Duração. Artigo 1º - A Minsk Securitizadora de Títulos Comerciais S.A. é sociedade anônima de capital fechado e com propósito específico, que se regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto social: (i) aquisição e securitização de recebíveis e demais ativos por meio da emissão e colocação no mercado, sempre em ambiente privado, de valores mobiliários, podendo realizar negócios pertinentes ou relativos à securitização de créditos comerciais e industriais; e (ii) aquisição e securitização de ativos empresariais oriundos de operações praticadas por empresas, indústrias, comerciais ou de serviços, com fluxo de recebimento futuro ou já vencidos, performados ou a performar, representados por duplicatas, cheques pré-datados, recebíveis de cartão de crédito, contratos de aluguel, contratos de fornecimento de mercadorias ou produtos, para entrega futura e outros. **Parágrafo Único.** Desde que não seja vedado por lei ou órgão regulador em razão das suas atividades principais e de seu propósito específico, a Companhia poderá realizar outras atividades complementares e/ou incidentais às que compõem seu objeto, tais como: consultoria empresarial e gestão de contratos de terceiros; prestação de serviços de apoio às empresas por meio da negociação de direitos creditórios de terceiros; participar em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, no país ou no exterior. **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, Sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. **Parágrafo Único.** Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e Ações. Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia é de R\$ 22.156.500,00 (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos reais), dividido em 22.156.500 (vinte e dois milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentas) ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **§1º -** As ações são indivisíveis perante a Companhia, sendo todas ordinárias e/ou preferenciais, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. **§2º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§3º -** A capitalização de lucros ou ele reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§4º -** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§5º -** A alteração deste Estatuto Social, na parte que regula a diversidade ele espécies e/ou classes de ações, não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. **§6º -** A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **§7º -** A Propriedade das ações será comprovada pela devida inscrição do nome do titular e serão registradas no "Livro de Registro de Ações Nominativas" da Companhia. **§8º -** As ações preferenciais emitidas pela Companhia não terão direito de voto, consistindo sua preferência: (i) no recebimento prioritário de dividendos (em montante equivalente a, no mínimo, 8% (oito por cento) dos lucros auferidos no exercício, ou percentual definido em Assembleia Geral, respeitados os interesses e condições sociais; ou (ii) na prioridade do reembolso do capital (nas hipóteses legais), sem prêmio, e com base de valor do patrimônio líquido ou econômico da Companhia. **§9º -** A responsabilidade dos acionistas é, na forma da legislação em vigor, limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. **§10º -** As bonificações e dividendos serão distribuídos aos acionistas em razão de suas participações no capital social da Companhia. **§11º -** Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social, conforme definido em lei, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da Assembleia Geral que tiver aprovado o aumento do capital, ou do edital que constancie as deliberações da Assembleia Geral, respeitada a mesma espécie e classe das ações, na proporção das que possuírem. **§12º -** O direito de preferência de que cuida o parágrafo acima não alcança os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures e demais títulos previstos no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. **Artigo 6º -** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cauteles. **Parágrafo Único.** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º -** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8º -** A Companhia somente registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III. Da Administração. Artigo 9º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 1 (um) e no máximo 5 (cinco) Diretores, sendo um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, denominados apenas Diretores, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. **§1º -** O mandato dos administradores será de 3 (três) anos, sendo prorrogado automaticamente e por iguais e sucessivos períodos até a eleição e posse dos respectivos substitutos. Os administradores permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até que seus substitutos sejam eleitos e formalmente empossados, conforme previsto no §4º, do artigo 150, da Lei nº 6.404/76. **§2º -** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo de posse específico, lavrado e arquivado na sede da Companhia. Os Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades, observado o quanto previsto no §1º acima. **§3º -** Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, salvo se eleito nos termos do §1º acima. **§4º -** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem o Diretor Presidente indicar. **§5º -** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 10 -** A Diretoria, na pessoa do Diretor Presidente, terá poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de atos e realização de operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto, em especial o parágrafo único do Artigo 11. **§1º -** Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete ao Diretor Presidente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) atribuir funções e fiscalizar a gestão e execução dos trabalhos dos demais Diretores individualmente, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (c) preparar e apresentar de forma prévia, expressa e mensal os relatórios, contas, orçamentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral; e (d) distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores fixada em Assembleia Geral, se for o caso. **§2º -** A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social (podendo realizar-se de modo presencial ou virtual), sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita sempre pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§3º -** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião e, em caso de empate, o Diretor Presidente decidirá. **Artigo 11 -** O Diretor Presidente terá a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **§1º -** Desde que não tenham sido objeto do orçamento mensal com prévia aprovação (conforme previsto no §1º do Artigo 10), a prática de quaisquer atos (tais como os abaixo indicados a título exemplificativo) que envolvam - direta ou indiretamente - valores superiores a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por mês, cada um(a), dependerá, para sua validade perante a Companhia e terceiros, de aprovação prévia, expressa e por escrito da Assembleia Geral, que poderá ser concedida por qualquer forma de comunicação expressa e passível de comprovação, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata: (a) assinatura ou endosso de títulos de crédito, contratos de empréstimos bancários, assunção de dívidas e obrigações; (b) negociação, desistência e/ou renúncia de direitos; (c) alienação de bens móveis e/ou imóveis da Companhia; (d) alienação de qualquer imobilizado, participações acionárias e investimentos de qualquer natureza; (e) celebração de qualquer contrato, compromisso, em especial, mas não se limitando a, contratos de câmbio e similares, contratos de empréstimos e similares, cédulas de créditos bancários, cédula de crédito rural, inclusive os respectivos instrumentos de garantia, leasing, assunção de dívida, emissão de títulos; prestar fianças, avais, endossos; (f) negócios jurídicos em geral, dentro ou fora do estatuto social da companhia; (g) aprovação ou deliberação, a qualquer título, envolvendo qualquer valor em sociedades nas quais a Companhia detenha qualquer participação. **§2º -** As aprovações concedidas pela Assembleia Geral poderão ser formalizadas por meio do e-mail assembleiageraldeliberacao@gmail.com, valendo a respectiva correspondência eletrônica como instrumento apto e válido à aprovação e/ou ratificação dos atos e operações praticados pelo Diretor Presidente, desde que contenha descrição específica e pormenorizada sobre a matéria deliberada, sendo facultativa a realização da Assembleia de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata. **Artigo 12 -** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, mediante a assinatura isolada do Diretor Presidente, desde que mediante aprovação prévia da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, conforme previsto no *caput* deste Artigo, devendo especificar o(s) poder(es) concedido(s) e terão prazo certo de duração, limitado a 1 (um) ano, exceto no caso de outorga de poderes da cláusula *adjudicia et extra*, que poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo IV. Assembleia Geral. Artigo 13 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§1º -** A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. **§2º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria absoluta do capital social, não se computando os votos em branco. **§3º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 3 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **§4º -** A Assembleia Geral é órgão soberano da Companhia e tem poderes e atribuições que são conferidos por lei. **§5º -** A Assembleia Geral tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que forem reservados à competência exclusiva da Diretoria. **§6º -** As aprovações concedidas pela Assembleia Geral, conforme previsto no Capítulo III deste Estatuto, poderão ser concedidas por qualquer meio de comunicação expressa e passível de comprovação de entrega/recebimento, sendo facultativa sua realização de modo formal e presencial, bem como o arquivamento de sua respectiva Ata. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 14 -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **§1º -** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§2º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI. Exercício Social e Lucros. Artigo 15 -** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 16 -** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, caberá à Assembleia Geral definir a destinação dos valores e/ou sua distribuição entre os acionistas. **Artigo 17 -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos a conta ele lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§1º -** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que se refere o §1º do artigo 16. **§2º -** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§3º -** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 19 -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§1º -** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e lidar-lhe a remuneração. **§2º -** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. São Paulo/SP, 25 de outubro de 2024.

OAK Holding S.A.

CNPJ/MF nº 37.863.454/0001-04 - NIRE 35.300.558.065
Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da **OAK Holding S.A.** ("Companhia") a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a realizar-se de forma exclusivamente digital, no dia **11 de fevereiro de 2026**, às 11h00, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), com a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Deliberar sobre a alteração da composição do Conselho de Administração, com o aumento do número de membros para até **7 (sete)** conselheiros, bem como a eleição dos novos membros; (ii) Deliberar sobre a aprovação e a implementação, pela Companhia, de todos os atos necessários à realização da Reorganização Societária (*Corporate Reorganization*), nos termos do Artigo 2.6. do Acordo de Acionistas e seu *Exhibit 2.6*; (iii) Deliberar sobre a criação, aprovação e implementação do Plano de Opção de Compra de Ações (*Stock Option Plan*) da Companhia, na forma e nos termos previstos no *Exhibit 3.15 – Compensation Package* do Acordo de Acionistas da Companhia; (iv) Deliberar sobre a alteração do jornal utilizado para publicações obrigatórias da Companhia para o jornal Data Mercantil; (v) Deliberar sobre a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração proposta nos itens (i) e (iv) acima, caso sejam aprovadas; e (i) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações, se aprovadas. A assembleia será realizada por meio da Plataforma Digital, cujo link de acesso será disponibilizado aos Acionistas que manifestarem interesse em participar, mediante envio de solicitação por e-mail: renata.leixeira@oakberry.com, até 2 (dois) dias antes da data da assembleia. **Informações Gerais:** 1. **Credenciamento dos Acionistas.** Os acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, poderão participar da AGE virtualmente. Para tanto, deverão solicitar sua habilitação até as 11h00 do dia 9 de fevereiro de 2026, mediante envio dos seguintes dados ao e-mail renata.leixeira@oakberry.com: (i) Nome completo ou razão social; (ii) CPF ou CNPJ (conforme o caso); (iii) Dados de contato (e-mail e telefone); e (iv) Instrumento de representação conforme indicado no item 1.2. abaixo. Após a verificação dos documentos, será enviado, ao e-mail indicado, o link de acesso exclusivo à Plataforma Digital. O link é pessoal, intransferível e não poderá ser compartilhado com terceiros. Caso o Acionista habilitado não receba o link com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da AGE, deverá contatar a Companhia até as 18h00 do dia 10 de fevereiro de 2026, pelo e-mail renata.leixeira@oakberry.com. A Companhia recomenda que o acesso à plataforma seja feito com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, para assegurar a validação do credenciamento. 1.2. **Documentos Necessários para a Participação.** Poderão participar da AGE os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, observado o artigo 126, § 1º da Lei das Sociedades por Ações que apresentaram os seguintes documentos: (i) *Pessoa física*: documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) *Pessoa jurídica*: último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) *Fundo de investimento*: último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Se houver representação por procurador, o instrumento de mandato deverá observar o § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. 1.3. **Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por falhas técnicas ou de conexão dos acionistas. Recomenda-se familiaridade prévia com o uso da plataforma e verificação de compatibilidade dos dispositivos de acesso. São Paulo, 03 de fevereiro de 2026. **Georgios Puccetti Frangulis – Membro do Conselho de Administração.** (04, 05 e 06/02/2026)

Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional

CNPJ/MF nº 58.138.058/0001-86 - NIRE nº 35300012178

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025

Data, horário e local: 23/12/2025, às 15h00, na sede social da **Eudmarco S.A. Serviços e Comércio Internacional**, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.306, Conj 82, Sala 03, bairro de Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.547-005 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença dos acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6404/76, conforme assinaturas apostas ao final. **Mesa:** Presidente – Sr. Luis Antonio Floriano; e Secretário – Sr. Joacks de Paula Lemos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (f) a aprovação do balanço intermediário levantado na data-base de 30/11/2025, para fins de distribuição de dividendos intercalares e intermediários; e (ii) a distribuição de dividendos intermediários com base nos valores atualmente registrados em reserva de lucros de exercícios anteriores e de dividendos intercalares correspondes ao lucro apurado no exercício social de 2025. **Deliberações:** Após análise e discussões das matérias constantes da ordem do dia, os Acionistas, por unanimidade e sem ressalvas: (f) aprovaram a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$ 3.452.176,28, a conta de reserva de lucros de exercícios anteriores, a serem pagos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, observado o cronograma de pagamento indicado abaixo; e (ii) aprovaram o balanço intermediário da Companhia levantado na data-base de 30/11/2025, decidindo, com base nele, a distribuição de dividendos intercalares no importe de R\$ 4.867.823,72, a serem pagos aos acionistas na proporção de suas participações societárias, observado o seguinte cronograma: a) pagamento de, no mínimo, 3% do saldo total remanescente deles até 31/12/2026; b) pagamento de, no mínimo, 3% do saldo total remanescente deles até 31/12/2027; e c) liquidação do saldo remanescente até 31/12/2028. O cronograma aqui indicado foi decidido em conformidade com a Lei nº 15.270, de 26/11/2025. Ficam os administradores da Companhia autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, inclusive assinar documentos e promover os devidos registros contábeis e perante os órgãos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai por todos os presentes assinada. São Paulo, 23/12/2025. **Mesa:** Luis Antonio Floriano, Presidente; Joacks de Paula Lemos, Secretário. **Acionistas:** **Aba Infra-Estrutura e Logística S.A.,** Luis Antonio Floriano Luis Gustavo Batista; **FCA Comércio Exterior e Logística,** Luis Antonio Floriano Luis Gustavo Batista. JUCESP nº 011.948/26-7 em 27/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

